



A construção da soberania alimentar por movimentos socioterritoriais: uma análise do assentamento Emiliano Zapata no município de Ponta Grossa-PR

Luis Fernando Supanik Junior¹
Celbo Antonio da Fonseca Rosas¹

Resumo: Neste trabalho, investigamos a interconexão entre movimentos socioterritoriais e a Soberania Alimentar, centrando nosso estudo no assentamento Emiliano Zapata, situado no município de Ponta Grossa-PR, e vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Abordamos como o MST, por meio da prática da Agroecologia, contribui para a Soberania Alimentar em sua busca por reforma agrária e melhores condições de vida no campo. O MST adota essa ciência como um meio de resistência às práticas do agronegócio prejudiciais ao meio ambiente, promovendo um modelo de produção sustentável e socialmente justo. Este estudo baseia-se em uma pesquisa de campo, incluindo a aplicação de questionários aos produtores do assentamento Emiliano Zapata. Nossos resultados destacam a importância da Agroecologia na promoção da Soberania Alimentar, respeitando as tradições e culturas locais e aproximando os produtores dos consumidores. Além disso, discutimos a necessidade de políticas públicas de apoio à Agroecologia e o aperfeiçoamento das políticas existentes.

Palavras-chave: Agroecologia; Reforma agrária; Território.

The construction of Food Sovereignty by socioterritorial movements: an analysis of the Emiliano Zapata settlement in the municipality of Ponta Grossa-PR

Abstract: In this work, we investigated the interconnection between socio-territorial movements and Food Sovereignty, focusing our study on the Emiliano Zapata settlement, located in the municipality of Ponta Grossa-PR, and linked to the Landless Rural Workers Movement (MST). We address how the MST, through the practice of Agroecology, contributes to Food Sovereignty in its search for agrarian reform and better living conditions in the countryside. The MST adopts this science as a means of resistance to agribusiness practices that are harmful to the environment, promoting a sustainable and socially fair production model. This study is based on field research, including the application of questionnaires to producers in the Emiliano Zapata settlement. Our results highlight the importance of Agroecology in promoting Food Sovereignty, respecting local traditions and cultures and bringing producers closer to consumers. Furthermore, we discuss the need for public policies to support Agroecology and the improvement of existing policies.

Keywords: Agroecology; Agrarian reform; Territory.

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil Autor correspondente: luisupanik@gmail.com

Introdução

A busca pela Soberania Alimentar nos remete à importância dos movimentos socioterritoriais na construção de território para produção sustentável e socialmente justa. Neste contexto, este trabalho pretende analisar a maneira como os movimentos socioterritoriais contribuem para o desenvolvimento da Soberania Alimentar, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST é um movimento que surge com o objetivo de lutar pela reforma agrária popular e melhores condições de vida no campo. Também defende a produção de alimentos saudáveis por meio da Agroecologia com o intuito de atingir os princípios da Soberania Alimentar. A Agroecologia emerge nesse cenário como uma prática agrícola mais sustentável e uma ferramenta política em oposição às práticas do agronegócio.

O estudo tem como recorte espacial o assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa-PR, que utiliza a Agroecologia como uma estratégia para resistir no campo. Embora a produção agroecológica seja uma realidade no local há quase duas décadas, ela não abrange a totalidade das famílias da comunidade, pois muitas pessoas precisam complementar a renda com trabalhos na cidade. A escolha desse local se deve à forte atuação do agronegócio na região, o que torna a resistência do MST relevante.

O MST se utiliza de ocupação de terras para reivindicar a luta pelo território e adotou a Agroecologia como forma de atividade em seus assentamentos e acampamentos, visando ser uma forma de resistir no campo ao mesmo tempo em que questiona e se contrapõe às práticas do modelo de agricultura utilizado pelo agronegócio. Tal modelo vem se mostrando cada vez mais devastador ao meio ambiente, seja pela utilização indiscriminada de agrotóxicos ou pelo desmatamento de florestas e matas ciliares para o avanço dos monocultivos.

Agroecologia emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 656).

Por meio da prática agroecológica é que o movimento contribui para a Soberania Alimentar. Para Coca, Vinha e Cleps Junior (2021, p. 123) “A luta dos movimentos socioterritoriais pelo acesso à terra via políticas de reforma agrária se dá de modo articulado à implementação da Soberania Alimentar”.

Gliessman (2014) aponta que a Agroecologia é uma ciência que, além da transdisciplinaridade, se dedica a estudar a produção agrícola sustentável, considerando saberes tradicionais e científicos por meio de uma abordagem que enfatiza a biodiversidade e conservação de recursos naturais.

Caporal e Costabeber (2004) consideram que as contribuições da Agroecologia vão além dos aspectos agrônômicos e de produção. Englobam dimensões mais abrangentes, incorporando aspectos sociais, ambientais, econômicos e também elementos culturais, políticos e éticos. Compreende-se, portanto, que a Agroecologia vai além de somente uma prática agrícola. Ela está relacionada com a valorização dos saberes tradicionais camponeses atrelados a conhecimentos científicos e a busca de uma relação que seja socialmente mais justa.

Com isso, entende-se a Agroecologia como base para o desenvolvimento da Soberania Alimentar. De acordo com Fernandes (2016), a busca pela Soberania Alimentar é um processo que envolve mudanças sociais e políticas para a construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis, que valorizem os agricultores familiares, a produção agroecológica e o direito de os povos decidirem sobre seu alimento.

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu primeiramente em revisão bibliográfica sobre os temas “movimentos socio-territoriais”, “Agroecologia” e “Soberania Alimentar”. Essa revisão possibilitou compreender como estes temas principais estão relacionados e norteiam as discussões sobre Soberania Alimentar no país.

As saídas de campo realizadas tiveram caráter exploratório, buscando compreender como a Agroecologia é praticada no local, enquanto os questionários tiveram como objetivo identificar como esses produtores percebem a contribuição de sua produção para a Soberania Alimentar do município.

Foram aplicados 13 questionários em 13 das 50 unidades do assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa - PR, para a construção da pesquisa. Tais questionários tiveram como objetivos identificar as práticas agroecológicas utilizadas no assentamento, bem como compreender as formas de comercialização adotadas, os principais consumidores de sua produção e a percepção dos assentados sobre como suas atividades contribuem para a construção da Soberania Alimentar.

Para a aplicação dos questionários, além de perguntas sobre idade e gênero, os entrevistados foram convidados a responder sobre há quanto tempo trabalham com agricultura agroecológica e qual a renda proveniente dessa produção, visando compreender se as famílias estão conseguindo renda por meio da agroecologia.

Os participantes foram questionados sobre como definem a Agroecologia, quais alimentos produzem e como esses alimentos são distribuídos e comercializados. Outros temas abordados na pesquisa incluem as dificuldades enfrentadas na comercialização e o entendimento dos assentados sobre soberania alimentar.

O objetivo foi identificar se consideram que a Agroecologia praticada no assentamento contribui para o desenvolvimento da soberania alimentar.

Por se tratar de uma pesquisa que não possui a intenção de identificar os respondentes para cada resposta, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética.

Resultados e Discussão

Movimentos socioterritoriais, conforme observa Fernandes (2005), são movimentos que necessitam do território para existirem, e ainda conforme o autor, “[...] para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades” (FERNANDES, 2005, p.31).

Trata-se, portanto, de organizações que buscam novas relações com o território, principalmente defendendo a soberania dos povos em relação a ele. Os movimentos buscam uma forma justa e sustentável na distribuição, além de se prezar por uma produção ecologicamente sustentável que beneficie as comunidades locais.

O MST é aqui compreendido como um movimento socioterritorial que se apoia em um modelo de desenvolvimento no campo com base na Soberania Alimentar e que tem a Agroecologia como uma de suas principais estratégias de ação. Conforme aponta Fernandes (2000), o movimento, ao longo de sua trajetória, teve como princípio a luta contra o capital e a exploração, a luta pela reforma agrária e a distribuição justa não só da terra, mas também das riquezas produzidas pelo trabalho e a luta por justiça e contra as formas de dominação.

O MST é um dos principais movimentos no Brasil que atua na luta por direitos dos trabalhadores rurais do campo e, a quase quatro décadas, tem se dedicado a propor um modelo de reforma agrária que atenda às necessidades dos camponeses. A terra, para o movimento, é um elemento fundamental nessa trajetória pois é por meio do acesso à terra que os camponeses podem desenvolver seus territórios. Além da ocupação de terras, o MST também tem se dedicado à construção de espaços e debates políticos para fortalecer o movimento.

A defesa da soberania dos povos sobre o território que ocupam vai além da simples posse da terra, pois implica que as comunidades têm o direito de determinar como a terra será usada, quais culturas serão plantadas e como tudo isso será gerenciado. É o caso da Soberania Alimentar em que os camponeses decidem quais alimentos cultivar em suas terras.

A natureza socioterritorial do movimento é fundamental para a busca da Soberania Alimentar, pois visa a construção de espaços políticos, na conscientização dos produtores e consumidores além de que visa preservar as tradições, saberes e culturas locais. Soberania Alimentar e movimentos socioterritoriais se ligam, portanto, na busca de um sistema alimentar justo e com relações sociais que valorizam saberes tradicionais e as culturas dos povos, em que cada povo pode decidir o que plantar.

A associação desses elementos ocorre quando observada a escala local, que visa a garantia da alimentação da população, respeitando a cultura, a diversidade e os sistemas alimentares locais.

Stédile e Carvalho (2012, p. 717) apontam que “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”. Para Souza (2009, p. 116) Soberania Alimentar “é o direito dos povos de definir seu próprio alimento e agricultura, de proteger e regular a produção agrícola doméstica e o comércio para criar objetivos de desenvolvimento sustentável”.

O conceito de Soberania Alimentar foi desenvolvido por organizações e movimentos sociais, como uma resposta às preocupações sobre a globalização dos sistemas alimentares e a concentração de poder nas mãos de poucas empresas multinacionais.

Isso tem sido uma importante questão no debate sobre políticas agrícolas e alimentares, visando promover sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e centrados nas necessidades das comunidades locais. Ela enfatiza o controle local e comunitário sobre os sistemas alimentares e busca reduzir a dependência de importações de alimentos. Isso implica a promoção da agricultura sustentável, da produção de alimentos de pequena escala e do apoio a práticas agrícolas tradicionais.

Um dos movimentos precursores do debate sobre Soberania Alimentar foi a Via Campesina, que, para defender os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais, propôs o conceito de Soberania Alimentar durante a II Conferência Internacional *De La Via Campesina em Tlaxcala*, no México no ano de 1996 (*Declaración de Tlaxcala de La Via Campesina*, 1996).

A Soberania Alimentar não se limita apenas à garantia de acesso a alimentos suficientes. Está mais relacionada com a segurança alimentar e incorpora a preservação das relações sociais, culturais e a capacidade das comunidades de determinar o que plantar e como produzir seus alimentos. Por isso, os movimentos socioterritoriais têm desempenhado um papel fundamental na sua construção, pois respeitam e promovem as tradições e culturas locais, zelando pelos sistemas alimentares locais e pela diversidade de alimentos produzidos.

As decisões sobre o que plantar dentro dos acampamentos e assentamentos, não são impostas por atores externos como grandes corporações ou políticas governamentais distantes. Isso pode ser evidenciado no assentamento Emiliano Zapata, onde os camponeses afirmaram que são eles mesmo que decidem os tipos de alimentos que irão produzir, não havendo qualquer imposição do MST.

Os agricultores precisam ser autossuficientes e determinarem suas próprias prioridades em relação à produção de alimentos, visto que cada comunidade tem preferências alimentares diferentes, culturas alimentares diferentes e cada

região pode ser mais favorável para o cultivo de determinados alimentos. Fato que não ocorre com o agronegócio, por exemplo, em que as monoculturas se espalham por todo o país, regadas com os mais diversos tipos de agrotóxicos para forçar uma adaptação dos cultivos nos mais variados solos e climas.

O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. O alimento é a energia que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente aonde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente (STÉDILE; CARVALHO, 2010 p. 151).

Permitir que as comunidades decidam sobre suas práticas alimentares e agrícolas, pode contribuir para o fortalecimento das comunidades rurais, promovendo um senso de pertencimento e controle sobre o próprio destino, o que é essencial para a resiliência das comunidades em face de desafios econômicos e ambientais. A soberania na produção não pode ser separada da responsabilidade com a sociedade. É necessário que a produção não atenda apenas às demandas comerciais, mas também se estenda a toda a comunidade urbana.

Coca (2016) argumenta que a Soberania Alimentar não se concentra exclusivamente no resultado da produção, mas também na forma como essa produção ocorre. Para o autor, devem ser enfatizados os aspectos ambientais e sociais que são associados à produção de alimentos e que isso deve ir além das abordagens capitalistas, nas quais os fatores econômicos ocupam uma posição central.

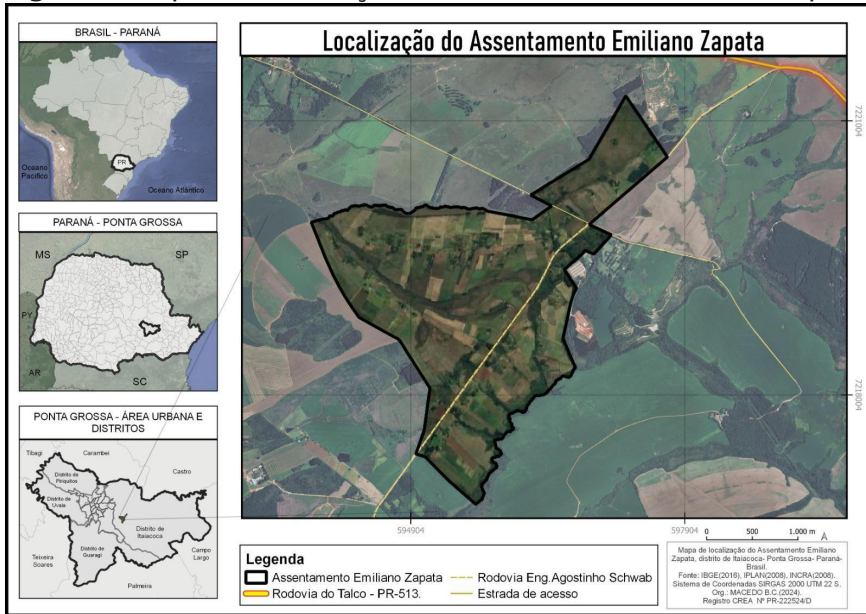
Parte do que é cultivado e produzido deve ser direcionado à sociedade, disponível a preços justos, acessível em feiras ou sacolões de distribuição. Uma das maneiras de buscar o comércio mais justo é por meio da Economia Solidária, uma abordagem econômica baseada na cooperação, solidariedade e na participação democrática. Para Valadão *et al.* (2014) as experiências de economia solidária:

[...] retomam tradições associativas dos trabalhadores, tendo como fonte de inspiração as experiências cooperativas dos trabalhadores do século XIX. Estas iniciativas estão ligadas a constituição de uma variedade de grupos onde a solidariedade estejam no centro das relações sociais, predomine a socialização dos meios de produção e princípios de equidade (VALADÃO *et al.*, 2014, p. 4).

Na economia solidária, os participantes colaboram e buscam criar alternativas para o sistema econômico tradicional, além de buscarem formas para atingir objetivos comuns. Tanto a economia solidária quanto a Soberania Alimentar buscam fortalecer as comunidades locais. A primeira, por meio de cooperativas e empreendimentos, permite que as comunidades controlem suas próprias atividades econômicas. Já a segunda, busca garantir que as comunidades tenham controle sobre suas decisões relacionadas à produção e distribuição de alimentos. Ambas buscam um modelo econômico mais justo, inclusivo e sustentável, especialmente no contexto da produção e distribuição de alimentos.

Nesse contexto, o recorte espacial do trabalho, o assentamento Emiliano Zapata (Figura 1), faz parte de um movimento socioterritorial que transformou o território ocupado ao implantar suas políticas na luta pela reforma agrária, com a inserção da Agroecologia como alternativa para se manter no campo, buscando o sustento de seus agricultores.

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento Emiliano Zapata.



Fonte: Autoria de Bárbara de Carvalho Macedo (2024).

Localizado no município de Ponta Grossa, interior do estado do Paraná, o assentamento carrega a resistência do seu povo na sua história de luta por direito à terra. De acordo com lideranças do assentamento, a área em questão foi ocupada em 2003 por aproximadamente 150 famílias. A fazenda ocupada

estava sendo utilizada por uma empresa de reflorestamento de maneira irregular para plantação de pinus e pesquisas com soja transgênica.

Nesse sentido, a ocupação tinha a intenção de denunciar o que estava ocorrendo, uma vez que a fazenda em questão pertencia à EMBRAPA. Com isso, o movimento denunciava o ocorrido e pedia a destinação das terras para reforma agrária.

Engelmann (2011) cita que no início da ocupação, o assentamento foi organizado pelos próprios membros que realizaram a divisão em lotes e parte destinada ao plantio coletivo, local que abriga um barracão utilizado pela comunidade e pela cooperativa, além de horta comunitária e escola. A autora ainda aponta que a ideia inicial da comunidade sempre foi a de produção de alimentos para atender a subsistência do assentamento e comercialização do excedente ao município, e que desde o início a opção foi de produzir alimentos agroecológicos.

Após mais de 20 anos de lutas e resistência, em 16 de março de 2024, um evento no local marcou a formalização do assentamento, sendo o segundo assentado no Paraná no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A conquista é uma vitória para uma comunidade que vem se dedicando a produzir alimentos saudáveis e de qualidade, seguindo uma base agroecológica e resistindo em uma região dominada pelo agronegócio e pela mineração.

Outro ponto de destaque para o fortalecimento da comunidade, de acordo com os assentados, foi a criação da cooperativa COOPERAS (Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária). Foi fundamental para que o assentamento pudesse participar de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são importantes para a distribuição dos alimentos e geração de renda para as famílias, possibilitando sua manutenção no campo.

Atualmente, o assentamento possui 50 unidades produtoras onde as famílias cultivam alimentos no local e com a união em cooperativa, conseguem comercializar os produtos principalmente os produzidos no sistema de transição agroecológica. São os próprios camponeses que decidem os alimentos que irão plantar baseado em primeiro lugar nas suas preferências alimentares, sempre visando a produção de alimentos típicos da região e em segundo, cultivando alimentos com boa aceitação no mercado, visto que, tirando os alimentos utilizados para subsistência, o excedente é comercializado via cooperativa.

De acordo com as respostas dos questionários, no assentamento, são cultivados alimentos que compõem a dieta diária dos brasileiros, como hortaliças, legumes, frutas, tubérculos e alguns grãos, diferente da produção do agronegócio focada no monocultivo e que tem como destino os mercados consumi-

dores fora do país. A produção de alimentos do MST e da agricultura familiar atende o mercado interno levando comida para a casa dos brasileiros. “Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil” (Agência Câmara de Notícias).

Roman (2022) aponta que, dentro dos territórios do MST, a palavra de ordem é “comer” e que é por meio dessa palavra de ordem que outras ideologias são defendidas no movimento, como a organização da luta, a produção agroecológica, além de questões sociais tratadas pelo movimento. A autora também afirma que “as premissas da agroecologia dialogam diretamente com a centralidade da Reforma Agrária Popular, na busca da construção de territórios camponeses, com a produção de alimentos saudáveis voltada aos interesses de toda população brasileira” (ROMAN, 2022, p. 79).

A pesquisa com os assentados aponta que a produção de alimentos é, em sua maioria, comercializada por meio da cooperativa dos produtores e destinada para programas governamentais, como PNAE, PAA, Feira Verde etc. É por meio do PNAE que os alimentos produzidos pelos agricultores chegam todo dia na alimentação escolar de milhares de crianças da rede pública de ensino do município. São alimentos saudáveis, de qualidade e que contribuem para uma alimentação nutritiva e diversificada para cerca de 31 mil alunos da rede municipal de ensino de Ponta Grossa.

De acordo com informações obtidas no site da prefeitura de Ponta Grossa, em 2019 o município ofereceu ao longo de 1 ano mais de 15 milhões de refeições para os alunos:

As compras de alimentos são divididas em blocos e, os produtos, adquiridos junto a vários fornecedores, com ampla concorrência. Dentro destes valores estão incluídos todos os itens alimentícios para o dia a dia das escolas, como produtos hortifrutigranjeiros, cereais, pães, leite, carnes, formulados e outros produtos não-percíveis. Destes, 30% são itens adquiridos diretamente da Agricultura Familiar de Ponta Grossa e região, por meio de chamada pública – aproximadamente R\$2,4 milhões em verduras, legumes e frutas (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa).

Comercializar os produtos via cooperativa para o município permite também maior renda para os camponeses. De acordo com dados obtidos, cerca de 63,6% afirmaram ter renda de 1 a 3 salários-mínimos somente com a produção de produtos agroecológicos. Além disso, mais de 81% dos camponeses participantes da pesquisa afirmaram cultivar de maneira agroecológica há mais de 10 anos. Isso mostra que essa prática está auxiliando na resistência e independência dos camponeses no seu território.

Almeida e Sette (2021, p. 71) argumentam que “a produção agroecológica é fundamental para a independência camponesa dos insumos e técnicas ditos modernos pela Revolução Verde, se contrapondo ao agronegócio, possibilitando a dinâmica comercial local e a soberania alimentar”. As autoras acreditam também que a Agroecologia auxilia na construção da Soberania Alimentar, pois se compromete com a produção de alimentos de qualidade, respeitando a natureza e onde o consumidor pode conhecer os produtos que está consumindo, além da preocupação com fatores econômicos, políticos e sociais.

Stedile e Carvalho (2010) corroboram com a ideia de que a construção da Soberania Alimentar, passa pelo cuidado com aspectos sociais, econômicos e políticos ao afirmarem que:

A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações (STEDILE; CARVALHO, 2010, p. 152).

Apesar do crescimento da comercialização de produtos agroecológicos e da busca por alimentos mais saudáveis pela população, existe ainda um atraso nas políticas e ações públicas voltadas para a produção de alimentos da agricultura camponesa e familiar². São necessárias reformas que garantam uma mudança no sistema agrícola vigente. Tais mudanças passam pela efetivação da reforma agrária, que garanta acesso à terra aos camponeses e agricultores familiares, e mais participação do Estado na promoção da Soberania Alimentar.

Considerações finais

Movimentos socioterritoriais, como o assentamento Emiliano Zapata, enfrentam inúmeros desafios no caminho para a construção da Soberania Alimentar e para a efetividade das práticas agroecológicas. É importante, porém, que tais movimentos sejam incentivados para continuar a desenvolver essas alternativas sustentáveis para o modelo do agronegócio, pois os sistemas agrícolas de alta devastação e carregados de produtos nocivos à saúde estão sendo cada vez mais questionados.

²Partindo da proposta de que o camponês simboliza resistência e oposição ao capitalismo, enquanto o agricultor familiar representa um indivíduo mais sujeito a se integrar ao sistema capitalista.

Ao apresentar a discussão sobre como os movimentos socioterritoriais contribuem para o desenvolvimento da Soberania Alimentar, é possível notar a importância da Agroecologia no presente contexto. O assentamento Emiliano Zapata pode contribuir para a Soberania Alimentar no município de Ponta Grossa por meio desse tipo de produção. Sua capacidade de produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e fazer com que esses alimentos cheguem a milhares de crianças por meio da alimentação escolar, é um grande exemplo de como a Agroecologia produzida no assentamento auxilia na construção da Soberania Alimentar.

É por meio da implementação de práticas agroecológicas que os camponeses do assentamento cultivam uma diversidade de alimentos, respeitando a biodiversidade e os ciclos naturais da terra. A produção agroecológica possibilita a manutenção do movimento, pois permite que os agricultores tirem do seu território o sustento de suas famílias e consigam se manter no campo. Porém, como relatado pelos agricultores, é necessário que se desenvolvam políticas públicas que apoiem a Agroecologia e também o aperfeiçoamento de políticas já existentes.

Movimentos socioterritoriais buscam maneiras de resistir no campo e construir alternativas frente ao modelo capitalista do agronegócio. A busca pela Soberania Alimentar por meio da Agroecologia é uma alternativa na construção de um novo modelo de produção que se preocupa com o meio ambiente, produzindo produtos livres de agrotóxicos e respeitando a natureza. Além disso, há a preocupação social ao buscar uma forma de comercialização justa, reduzindo os intermediários e aproximando o produtor do consumidor.

Entretanto, são necessários investimentos massivos em políticas que favoreçam a agricultura agroecológica e familiar para que esse modelo prospere e se expanda. Programas que permitam que os camponeses possam comercializar seus produtos e também políticas públicas de apoio financeiro à produção, como créditos rurais e investimentos em equipamentos para auxiliar no trabalho do campo.

Em resumo, o assentamento Emiliano Zapata é um exemplo de como a Agroecologia pode ser uma ferramenta poderosa na construção da Soberania Alimentar. A abordagem sustentável e comunitária oferece uma alternativa ao agronegócio, promovendo a produção de alimentos saudáveis, protegendo o meio ambiente e contribuindo com a manutenção no campo e justiça social.

Este estudo ainda é o início de uma pesquisa que busca investigar as dinâmicas envolvendo a Soberania Alimentar e os movimentos socioterritoriais. É necessária a continuidade das pesquisas com análise de outras comunidades, para que essas temáticas ganhem cada vez mais força e que ações efetivas

possam ser alcançadas, em favor de uma agricultura sustentável e de garantias de acesso à alimentos de qualidade para a população.

Referências

ALMEIDA, B. A.; SETTE, F. C. **A Soberania alimentar como estratégia de resistência.** In: Souza Filho, Carlos Frederico Marés de *et al* (org.). Agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2021. p. 203-222.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S.L.], v. 51, n. 4, p. 645-660, dez. 2013.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Agência câmara de notícias. **Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, 2004. 24 p.

COCA, E. L. F.; Vinha, J. F. S. C.; Cleps Junior, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. **Revista Campo-Território**, [S.L.], v. 16, n. 42, p. 117-144, 28 out. 2021. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

COCA, E. L. F. **Soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no brasil e a rede farm to cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016. 357 f. UNESP. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

DECLARACIÓN DE Tlaxcala de la Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>. Acesso em: 24 nov. 2024

Engelmann, S. A. **A organização do território a partir do paradigma da agroecologia no acampamento Emiliano Zapata - Ponta Grossa- PR/ Sandra Andrea Engelmann.** Ponta Grossa, 2011.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Supanik Junior *et al.*

FERNANDES, B. M. **Agroecologia e soberania alimentar.** In B. M. Fernandes, A. F. Carneiro, & L. A. Ferreira (Orgs.), *Agroecologia: Concepções e práticas* (pp. 55-78). São Paulo: Expressão Popular. 2016.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24-34, jan/jun. 2005.

GLIESSMAN, S. R. (2014). **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MACEDO, B. C. **Mapa de localização do assentamento Emiliano Zapata.** 2024.

PREFEITURA DE PG investe R\$18 mi na alimentação escolar. **Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.** Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/42877>. Acesso em: 25 out. 2023.

ROMAN, I. S. **Arroz deu cacho e o feijão floriô: a reforma agrária popular do MST e a construção da agroecologia.** 115f. Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022.

SOUZA, A. S. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: percepção e de prática. ou, de qual lado é o meu quintal? **Revista Pegada**, [s. l], v. 10, n. 1, p. 113-133, jun. 2009.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar.** In: *Dicionário da educação do Campo*, Cالدart, R *et al* (orgs.). Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** In: BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). *Fome Zero: Uma história Brasileira.* Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010, p. 144 a 156.

VALADÃO, A. C. *et al.* A experiência da rede solidária de produtores e consumidores de produtos agroecológicos Emiliano Zapata- Ponta Grossa- PR: aproximando produtores e consumidores. In: **Anais...VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná**, 28 a 30 de agosto de 2014, p. 1-20. Disponível em: <https://memoria.apps.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/a-experi%c3%8ancia-da-rede-solid%c3%81ria-de-produtores-e-consumidores-de-produtos-agroecol%c3%93gicos-emiliano-zapata-%e2%80%93PR.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.